



EMPODERAMENTO

FEMINISMOS
PLURAIS

COORDENAÇÃO
DJAMILA RIBEIRO

JOICE
BERTH

184 p. (Feminismos Plurais / coordenação de Djamila Ribeiro)

Bibliografia

ISBN 978-85-98349-75-6

1. Poder (Ciências sociais) 2. Minorias - Poder 3. Mulheres -
Poder 4. Negros - Poder I. Título II. Ribeiro, Djamila III. Série

19-0703

CDD 305.56

Índices para catálogo sistemático: 1. Minorias - Poder



www.polenlivros.com.br

www.facebook.com/polenlivros

@polenlivros

(11) 3675-6077

AGRADECIMENTOS

Aos meus filhos, Caique, Marina, Priscilla e Camila, meus corações fora do peito.

Aos meus pais, avós, e em especial às mulheres, pela vida e ensinamentos abençoados.

Aos amigos-irmãos amados Djamila Ribeiro, Brenno Tardelli e Isis Vergílio, que tanto acreditam em mim como nunca ninguém antes.

Ao amparo espiritual e sempre fundamental da Seara de irmãos de umbanda e do babalorixá Rodney de Oxóssi.

SUMÁRIO

Apresentação

Introdução

Breve histórico da palavra empoderamento

Opressões estruturais e empoderamento: Um ajuste necessário

Acesso a mecanismos de participação social: Um debate sobre democracia e empoderamento

Ressignificação pelo Feminismo Negro

Estética e afetividade: noções de empoderamento

Considerações finais

Notas e referências

“A revolução começa comigo, no interior. É melhor reservarmos tempo para tornar nossos interiores revolucionários, nossas vidas revolucionárias, nossos relacionamentos revolucionários. A boca não vence a guerra.”

(Toni Cade Bambara, *Seeds of Revolution: a Collection of Axioms, Passages and Proverbs*)

APRESENTAÇÃO



**FEMINISMOS
PLURAIS**

O objetivo da coleção Feminismos Plurais é trazer para o grande público questões importantes referentes aos mais diversos feminismos de forma didática e acessível. Por essa razão, propus a organização – uma vez que sou mestre em Filosofia e feminista – de uma série de livros imprescindíveis quando pensamos em produções intelectuais de grupos historicamente marginalizados: esses grupos como sujeitos políticos.

Escolhemos começar com o feminismo negro para explicitar os principais conceitos e definitivamente romper com a ideia de que não se está discutindo projetos. Ainda é muito comum se dizer que o feminismo negro traz cisões ou separações, quando é justamente o contrário. Ao nomear as opressões de raça, classe e gênero, entende-se a necessidade de não hierarquizar opressões, de não criar, como diz Angela Davis, em *Mulheres negras na construção de uma nova utopia*, “primazia de uma opressão em relação a outras”. Pensar em feminismo negro é justamente romper com a cisão criada numa sociedade desigual. Logo, é pensar projetos, novos marcos civilizatórios, para que pensemos um novo modelo de sociedade. Fora isso, é também divulgar a produção intelectual de mulheres negras, colocando-as na condição de sujeitos e seres ativos que, historicamente, vêm fazendo resistência e reexistências.

Entendendo a linguagem como mecanismo de manutenção de poder, um dos objetivos da coleção é o compromisso com uma linguagem didática, atenta a um léxico que dê conta de pensar nossas produções e articulações políticas, de modo que seja acessível, como nos ensinam muitas feministas negras. Isso de forma alguma é ser palatável, pois as produções de feministas negras unem uma preocupação que vincula a sofisticação intelectual com a prática política.

Joice Berth, neste volume, apresenta a Teoria do Empoderamento a partir das reflexões de teóricos que hoje se dedicam ao tema. São pensadores que entendem empoderamento como a aliança entre conscientizar-se criticamente e transformar na prática, algo contestador e revolucionário na sua essência.

Com vendas a um preço acessível, nosso objetivo é contribuir para a disseminação dessas produções. Para além desse título, abordamos também temas como encarceramento, racismo estrutural, branquitude, lesbiandades, mulheres, indígenas e caribenhas, transexualidade, afetividade, interseccionalidade, empoderamento, masculinidades. É importante pontuar que essa coleção é organizada e escrita por mulheres negras e indígenas, e homens negros de regiões diversas do país, mostrando a importância de pautarmos como sujeitos as questões que são essenciais para o rompimento da narrativa dominante e não sermos tão somente capítulos em compêndios que ainda pensam a questão racial como recorte.

Grada Kilomba em *Plantations Memories: Episodes of*

Everyday Racism, diz:

Esse livro pode ser concebido como um modo de “tornar-se um sujeito” porque nesses escritos eu procuro trazer à tona a realidade do racismo diário contado por mulheres negras baseado em suas subjetividades e próprias percepções. (KILOMBA, 2012, p. 12)

Sem termos a audácia de nos compararmos com o empreendimento de Kilomba, é o que também pretendemos com essa coleção. Aqui estamos falando “em nosso nome”.¹

Djamila Ribeiro

INTRODUÇÃO

Antes de iniciar as reflexões sobre as dimensões que envolvem os processos de empoderamento, é conveniente elucidar exatamente de que poder estamos falando quando utilizamos esse neologismo que significa, grosso modo, “dar poder”.

Muitos escritos fazem esse questionamento supondo uma inviabilidade do uso do conceito por não entenderem quem dá poder e de que tipo de poder estamos falando.

Para aqueles que têm se dedicado aos estudos e reflexões sobre os efeitos tanto individuais quanto coletivos, acumulados por séculos de exploração, alienação e aliciamento de pessoas, o entendimento do que seja poder é quase intuitivo. Mas também é intuitivo para aqueles que apenas sobrevivem às intempéries diárias do sistema de opressão e dominação presentes em suas vidas pensar no significado de poder sob um viés negativo ou, no mínimo, com alto potencial limitador da mobilidade social e jugo daqueles que não o têm.

O conceito de poder tem sido interpretado de diversas formas, mas na definição de Hannah Arendt, que pensa em poder a partir da ação coletiva, temos a ideia que norteia o significado social e subjetivo de poder e que se aplica na compreensão do que falamos quando assumimos a necessidade de empoderar grupos minoritários, porque

[...] O poder corresponde à habilidade humana não apenas

para agir, mas para agir em conjunto. O poder nunca é propriedade de um indivíduo; pertence a um grupo e permanece em existência apenas na medida em que o grupo conserva-se unido. Quando dizemos que alguém está “no poder”, na realidade nos referimos ao fato de que ele foi empossado por um certo número de pessoas para agir em seu nome.²

Já o filósofo francês Michel Foucault, diferentemente da tradição da Ciência Política, pensou o poder não como algo que está localizado ou centrado em uma instituição. Enquanto na teoria política tradicional se atribui ao Estado o monopólio do poder, Foucault verifica uma espécie de microfísica do poder, articulado ao Estado, mas que atravessa toda a estrutura social. É importante salientar que o filósofo francês não está negando a importância do Estado nessa concepção, mas atentando para o fato de que as relações de poder ultrapassam o nível estatal e estão presentes em toda a sociedade. Sendo assim, o poder seria uma prática social construída historicamente. Em sua obra *Microfísica do poder*, Foucault afirma que o objetivo seria captar o poder em suas extremidades, em suas últimas ramificações,

[...] captar o poder nas suas formas e instituições mais regionais e locais, principalmente no ponto em que ultrapassam as regras de direito que o organizam e delimitam. [...] Em outras palavras, captar o poder na extremidade cada vez menos jurídica de seu exercício”.³

Foucault salienta que as relações de poder das instituições, escolas e prisões são marcadas pela disciplina. Nesse sentido,

fará a discussão sobre biopolítica e biopoder, de como os corpos e a educação são controlados por essa imposição normatizadora. Segundo o filósofo, a disciplina fabrica indivíduos, é uma técnica específica de poder que os domina. Segundo sua análise, enquanto o sujeito é colocado em relações de produção e de significação, é também, desse mesmo modo, colocado em relações de poder.

[...] uma coação calculada, lentamente, percorre cada parte do corpo, tornando-se semelhante a algo que se fabrica, de uma massa informe, de um corpo inapto, fez-se a máquina de que se precisa, no automatismo dos hábitos. Na época clássica, se descobre o corpo como objeto e alvo de poder, ao corpo que se manipula, se modela, se treina, que obedece, responde, se torna hábil ou cujas forças se multiplicam. Enfim, torna-se um corpo dócil, que pode ser submetido, utilizado, transformado e aperfeiçoado.⁴

Quando assumimos que estamos dando poder, em verdade estamos falando na condução articulada de indivíduos e grupos por diversos estágios de autoafirmação, autovalorização, autorreconhecimento e autoconhecimento de si mesmo e de suas mais variadas habilidades humanas, de sua história, e principalmente de um entendimento quanto a sua posição social e política e, por sua vez, um estado psicológico perceptivo do que se passa ao seu redor. Seria estimular, em algum nível, a autoaceitação de características culturais e estéticas herdadas pela ancestralidade que lhe é inerente para que possa, devidamente munido de informações e novas percepções críticas sobre si mesmo e

*image
not
available*

*image
not
available*

O termo empoderamento se refere a uma gama de atividades, da assertividade individual até a resistência, protesto e mobilização coletivas, que questionam as bases das relações de poder. No caso de indivíduos e grupos cujo acesso aos recursos e poder são determinados por classe, casta, etnicidade e gênero, o empoderamento começa quando eles não apenas reconhecem as forças sistêmicas que os oprimem, como também atuam no sentido de mudar as relações de poder existentes. Portanto, o empoderamento é um processo dirigido para a transformação da natureza e direção das forças sistêmicas que marginalizam as mulheres e outros setores excluídos em determinados contextos.⁶

Sendo assim, se faz necessária a análise de Patricia Hill Collins, que remete ao processo de empoderamento muito mais como um movimento de resposta interna ao estímulo externo do que o contrário. Em *Outsider within* – o qual, em tradução livre, seria o mais próximo a “Forasteira de dentro” –, a pensadora Patricia Hill Collins dá três chaves do pensamento feminista afro-americano, que pode alavancar a aplicabilidade da Teoria do Empoderamento:

Uma afirmação da importância da autodefinição e da autoavaliação das mulheres negras é o primeiro tema-chave que permeia declarações históricas e contemporâneas do pensamento feminista negro. Autodefinição envolve desafiar o processo de validação do conhecimento político que resultou em imagens estereotipadas externamente definidas da condição feminina afro-americana. Em contrapartida, a autoavaliação enfatiza o conteúdo específico das autodefinições das mulheres negras, substituindo imagens externamente definidas com imagens autênticas de mulheres

*image
not
available*

No *Cambridge Dictionary*, dicionário da britânica Universidade de Cambridge, a palavra *empowerment*, termo cunhado pelo sociólogo estadunidense Julian Rappaport em 1977, tem o seguinte significado: “o processo de ganhar liberdade e poder para fazer o que você quer ou controlar o que acontece com você”.¹⁰ Da mesma forma, a palavra “empoderamento”, ao pé da letra, significa dar poder ou capacitar. Para o sociólogo, era preciso instrumentalizar certos grupos oprimidos para que pudessem ter autonomia.

Ainda sobre a formação da palavra, como nos aponta Rute Baquero, professora da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, no *Dicionário de Língua Portuguesa Contemporânea* da Academia Ciências de Lisboa e registrado no MorDebe¹¹, aparece descrita como um anglicismo formado a partir da língua portuguesa e que significa obtenção, alargamento ou reforço do poder.

Cabe lembrar que a origem da palavra é inglesa, com elementos de latim em sua formação, e que não existe ainda correspondência nos dicionários que usamos atualmente. Contextualizando:

De todas as palavras-chave que entraram no léxico do desenvolvimento nos últimos trinta anos, o “empoderamento” é provavelmente o mais usado e abusado. Como muitos outros termos importantes que foram inventados para representar um conceito político claro, ele foi “incorporado” de uma forma que praticamente o roubou de seu significado original e valor estratégico.¹²

Quando falamos em empoderamento, sobretudo nos dias

*image
not
available*

dialeto local – o que contribuiu para a afirmação deste, futuramente, como idioma oficial da Alemanha – possibilitou a leitura dos “textos sagrados” entre a comunidade, a qual, por conseguinte, passa a realizar sua leitura e sua hermenêutica, tornando-se sujeito de sua religiosidade.¹⁶

Baquero nos dá um importante caminho para a compreensão histórica da Teoria do Empoderamento, bem como uma de suas principais dimensões: a da informação como instrumento de libertação. Julguei importante trazer uma investigação genealógica sobre diferentes abordagens do empoderamento, antes de adentrar nas imbricações profundas reveladas pelos pensamentos e epistemologias negros, que trazem intersecções que se contrapõem à narrativa universal. Entendo, ainda, de suma importância destacar e levar ao conhecimento de pessoas que se interessam pelo tema da produção intelectual de homens e, sobretudo, mulheres negras, uma vez que essas contam com ainda maior invisibilidade, apesar de suas brilhantes e fundamentais contribuições.

Iniciaremos, portanto, com Barbara Bryant Solomon, uma intelectual negra e assistente social premiada tanto nos EUA quanto internacionalmente por suas reflexões e projetos, com destaque para a formação da “Iniciativa Acadêmica Comunitária”, voltada a incluir jovens desfavorecidos na universidade, o que no Brasil chamamos de cursos preparatórios populares, além de ser professora PhD pela Southern California University e autora do livro *Black Empowerment: Social Work in Oppressed Communities*¹⁷. Importante ressaltar que, além de acadêmica, ela trabalhou

*image
not
available*

Afirma o autor:

Acontece, porém, que a toda compreensão de algo corresponde, cedo ou tarde, uma ação. Captado um desafio, compreendido, admitidas as hipóteses de resposta, o homem age. A natureza da ação corresponde à natureza da compreensão. Se a compreensão é crítica ou preponderantemente crítica, a ação também o será. Se é mágica a compreensão, mágica será a ação”.²¹

Freire, que recebeu 29 títulos de Honoris Causa, desenvolveu uma pedagogia crítica, pois pensava a educação como um ato político. Em uma de suas obras mais conhecidas, *A pedagogia do oprimido*, publicada em 1968, enquanto estava no Chile exilado pela Ditadura Militar brasileira, o educador e filósofo anteviu uma postura revolucionária em seus leitores. Para o autor, sua obra seria de interesse de pessoas radicais, que se interessariam pela transformação real da sociedade e responsáveis pela efetiva prática e conduta de transformação pelo pensamento consciente e libertário de povos oprimidos. Em linguagem totalizante, marcada pelo objetivo da libertação dos homens, limitação de seu pensamento que será posteriormente aprofundada, conseguimos ter uma boa compreensão do que significa ser um radical na visão do autor, que afirma que:

O radical, comprometido com a libertação dos homens, não se deixa prender em “círculos de segurança”, nos quais aprisione também a realidade. Tão mais radical quanto mais se inscreve nesta realidade para, conhecendo-a melhor, melhor poder transformá-la. Não teme enfrentar, não teme ouvir, não teme o

*image
not
available*

conceito. O educador brasileiro dialogou internacionalmente e inspirou a união do pensamento com a transformação social, a alteração material das condições degradantes às quais um grupo social é submetido. Cabe destacar que foram grandes as referências de Freire ao intelectual negro Guerreiro Ramos.

Ainda que Paulo Freire passe por diversos autores, e que suas reflexões tenham sido decisivas para o desenvolvimento da teoria e sua aplicação correta nos meios necessários, parte do movimento feminista da década de 1980 questiona a abordagem e o direcionamento da teoria proposta pelo educador, a qual teria um limite ao não ter se atentado para o fato de que o oprimido não é um conceito abstrato, porque é marcado por gênero, raça, sexualidade e outras categorias. A abordagem de Freire serve inegavelmente para a compreensão de caminhos e estratégias de erradicação de desigualdades, e inclusive é um dos alicerces do pensamento da feminista negra norte-americana bell hooks, o qual veremos a fundo nos próximos capítulos, mas vale dizer que tanto ela quanto outras pessoas que se debruçaram sobre o tema sofisticaram a análise ao refletir as intersecções de grupos que combinam opressões. Nesse sentido, trazemos a reflexão da feminista e pesquisadora indiana Srilatha Batliwala que reflete que:

O conceito de empoderamento feminino surgiu de críticas e debates gerados pelo movimento das mulheres durante a década de 1980, quando as feministas, especialmente no que era então conhecido mais amplamente como “terceiro mundo” (antes do termo “sul global” ter ganhado notoriedade), se

*image
not
available*

**OPRESSÕES ESTRUTURAIS E EMPODERAMENTO:
UM AJUSTE NECESSÁRIO**

*image
not
available*

coletivas em grupos historicamente oprimidos por uma estrutura dominante.

Há que se deixar muito bem pontuado que, uma vez que se trata de instrumento importante nas lutas emancipatórias de minorias sociais, sobretudo de cunho racial e de gênero, não podemos cair na vala comum e seguir permitindo que o termo padeça de relevância prática e ideológica por meramente cair nas raias do pensamento liberal, servindo, assim, de sustentação do saber que fatalmente é a raiz da situação que cria a necessidade de haver um processo de empoderamento.

Vale dizer que isso não significa que a dimensão individual esteja alijada do processo, ao contrário. O empoderamento individual e coletivo são duas faces indissociáveis do mesmo processo, pois o empoderamento individual está fadado ao empoderamento coletivo, uma vez que uma coletividade empoderada não pode ser formada por individualidades e subjetividades que não estejam conscientemente atuantes dentro de processos de empoderamento.

É o empoderamento um fator resultante da junção de indivíduos que se reconstroem e desconstroem em um processo contínuo que culmina em empoderamento prático da coletividade, tendo como resposta as transformações sociais que serão desfrutadas por todos e todas. Em outras palavras, se o empoderamento, no seu sentido mais genuíno, visa a estrada para a contraposição fortalecida ao sistema dominante, a movimentação de indivíduos rumo ao empoderamento é bem-vinda, desde que não se desconecte

*image
not
available*

produção intelectual dos grupos historicamente oprimidos. Essa ignorância advém do fato de as classes dominantes perpetuarem a manutenção das desigualdades e lutarem de todas as formas contra a perda da hegemonia do discurso único.

Sobre silenciamento e ignorância prejudicial a grupos oprimidos, podemos também pensar a realidade das mulheres negras a partir da frase da ativista negra brasileira, Monique Evelle, em 2015, quando afirmou em palestra: “nunca fui tímida, fui silenciada”. Essa afirmação denuncia um sistema que funciona a partir da opressão pelo apagamento, o que também está na fala da feminista negra caribenha Audre Lorde quando diz que “o peso do silêncio vai acabar nos engasgando”. Assim como Dotson, Lorde reflete que tal silêncio não é individual, mas um silenciamento institucional, uma conduta, uma ação que provoca esse silenciar de grupos subalternizados.³⁴

A diversidade da formação da população brasileira tem sido negligenciada em nossa sociedade em geral e mais especificamente nos meios acadêmicos e intelectuais. Sueli Carneiro, em sua tese de doutorado “A construção do outro como não ser como fundamento do ser”³⁵, reforça a reflexão de Boaventura Sousa Santos ao definir o desprezo aos saberes produzidos pela intelectualidade negra como mais uma estratégia de genocídio de toda uma raça, autorizada pelos meios acadêmicos.³⁶ Já Grada Kilomba reflete sobre a tutela branca que define quem, quando e o que pode ser dito no capítulo “The Mask”, em *Plantation Memories: Episodes of Everyday Racism*, em que afirma que quer

*image
not
available*

gênero, ele se aglutina a linha de frente do Feminismo dito universal. Então, temos a necessidade de explicitar todas as contribuições do Feminismo Negro, suas proposições e apontamentos para que em um só tempo tenhamos um entendimento profundo dos caminhos da História, bem como dos princípios norteadores de novas ações e posturas que visam a equidade como potencial eliminador das opressões.

Sob esse aspecto, o artigo de Carneiro prossegue consolidando essa necessidade de assimilação do pensamento de mulheres negras para a evolução das discussões acerca das nossas fissuras sociais que, já devidamente identificadas e aprofundadas, estão assentadas de maneira definitiva em todas as ações promovidas, tendo como norte o empoderamento, seja individual ou coletivo, assim como

A importância dessas questões para as populações consideradas descartáveis, como são os negros, e o crescente interesse dos organismos internacionais pelo controle do crescimento dessas populações, levou o movimento de mulheres negras a desenvolver uma perspectiva internacionalista de luta. Essa visão internacionalista está promovendo a diversificação das temáticas, com o desenvolvimento de novos acordos e associações e a ampliação da cooperação interétnica. Cresce entre as mulheres negras a consciência de que o processo de globalização, determinado pela ordem neoliberal que, entre outras coisas, acentua o processo de feminização da pobreza, coloca a necessidade de articulação e intervenção da sociedade civil a nível mundial. Essa nova consciência tem nos levado ao desenvolvimento de ações regionais no âmbito da América Latina, do Caribe, e com as mulheres negras dos países do primeiro mundo, além

*image
not
available*

Importante destacar a abordagem do empoderamento pela perspectiva econômica como prática de fortalecimento de comunidades, e como o conceito foi utilizado no campo de políticas públicas e por organizações não governamentais, no sentido de supostamente criar estratégias de desenvolvimento voltadas para a superação da pobreza. Jorge Romano e Marta Antunes, no livro *Empoderamento e direitos no combate à pobreza*⁴⁰, afirmam, na introdução, que a noção de empoderamento passou a ser utilizada pelos movimentos sociais, e posteriormente passou a ser incorporada como prática das ONGs na década de 1970. Porém, alertam que o conceito e a abordagem “foram gradualmente apropriados pelas agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais (como o Banco Mundial)”⁴¹. Segundo os autores, essa apropriação cria um processo de despolitização/homogeneização e, por conta disso, o termo passou a ser disputado no campo ideológico de desenvolvimento.

Por sua vez, nos últimos anos, percebe-se que um número crescente de instituições da Sociedade Civil introduz em sua estratégia a abordagem baseada em direitos, a qual tem sua origem na luta pelo reconhecimento e promoção do conjunto de direitos humanos (civis, políticos, econômicos, culturais etc.). As próprias agências de cooperação e organizações financeiras multilaterais vêm progressivamente adotando esta nova conceitualização na formulação de suas políticas e

*image
not
available*

específico de alguns movimentos e organizações se sentirem os mensageiros quase que exclusivos da “cartilha” empoderadora, julgando-se como únicas réguas a se medir empoderamento e afastando, muitas vezes, pessoas para quem a teoria mais seria potente.

Agentes de mudanças externas podem ser catalisadores essenciais, mas a dinâmica do processo de empoderamento é definida pela extensão e a rapidez com que as pessoas mudam a si mesmas. Isso significa que, se os governos capacitam as pessoas, elas se fortalecem, dessa forma, os governos não empoderam as pessoas; as pessoas empoderam-se. Assim, o que as políticas governamentais e ações podem fazer é criar um ambiente favorável ou agir como uma barreira ao processo de empoderamento.⁴⁷

Dito isso, com destaque para as críticas ao esvaziamento do significado do sentido original de empoderamento pela perspectiva econômica para mulheres negras, bem como para outros grupos vitimados pelo sistema de dominação, vamos prosseguir para avaliar alguns casos importantes para a presente discussão, como a aderência expressiva ao afroempreendedorismo, que também é conhecido como movimento *black money*, o qual consiste basicamente em criar estratégias para que a circulação de dinheiro e o consumo se concentre dentro da comunidade negra, concebendo uma reversão estratégica do significado de poder, sobretudo se for pautada pelo fortalecimento de toda comunidade/população negra, pela preferência radical de produções feitas por e para pessoas negras, desde o planejamento do produto até a propaganda, em um movimento inverso ao que o racismo

*image
not
available*

de distribuição de renda no país. Lamentavelmente, apesar de ter sido sancionado como lei federal em 2004, pelo presidente Lula, ele nunca foi regulamentado. Por esse sistema, cada cidadão ou cidadã receberia uma quantia fixa por mês determinada pelo Estado, independente de trabalhar ou não. Vale dizer que política parecida foi implementada na Finlândia e Holanda em 2017. Assim como ocorrido no Bolsa Família, o programa pensa a perspectiva da mulher. Em sua obra *Renda de cidadania: a saída é pela porta*, Suplicy destaca que os direitos das mulheres não estão restritos somente à emancipação no que diz respeito a seus direitos legais, econômicos e/ou políticos, mas englobam o direito à libertação pessoal. Apesar do programa Renda Básica não ter sido implementado, o autor acredita que o Bolsa Família é um dos meios para alcançar tal objetivo.

A mulher tem o direito de participar da riqueza da nação, que ela mesma ajudou a construir. Tem direito a um patrimônio correspondente a seu esforço na construção de nossa sociedade, direito à isonomia profissional com os homens, a uma vida digna e a uma renda capaz de lhe prover suas necessidades. Tem direito não apenas a sua emancipação referente a seus direitos legais, econômicos ou políticos, e à sua libertação pessoal, mas também a viver num país com desenvolvimento saudável e duradouro.⁵⁰

Entretanto, é preciso ressaltar, como já dito, que esse fortalecimento pode ajudar no processo de empoderamento, mas não é ele sozinho que garante que esses grupos estejam longe das agruras de se viver em um sistema racista,

*image
not
available*

e cidadã na discussão pública é a principal ferramenta. Por sua vez, quando falamos de grupos oprimidos, cujas vozes muitas vezes são silenciadas, conforme vimos anteriormente, o acesso a espaços de decisões em sociedade é uma dentre tantas estratégias de resistência.

Ocorre que no Brasil são poucos os incentivos para a população participar da democracia em curso. Marcello Baquero, professor titular de Sociologia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, no artigo “Construindo uma outra sociedade: o capital social na estruturação de uma cultura política participativa no Brasil”⁵², problematiza a falta de estímulo para a participação social como um duro obstáculo colocado pelas estruturas que mantêm sistemas de opressão:

Como estimular e motivar os cidadãos a participar politicamente em um contexto de fragmentação e crescente desigualdade social? Como criar e/ou reconstituir um ambiente estimulante para a participação política? Tais desafios são gigantescos, pois o Estado, ao longo de sua história, tem perdido a credibilidade em convocar seus cidadãos para enfrentar essa tarefa. Tornou-se imperativo, portanto, refletir sobre mecanismos que proporcionem o retorno do cidadão à esfera política.⁵³

No Brasil, diversos movimentos sociais foram derrotados na instituição da Política Nacional de Participação Social (Decreto 8.423/14), que regulamentava a criação de mecanismos de participação da população nas decisões da vida pública, como conselho, comissões, ouvidorias, entre

*image
not
available*

pontos de vista e, se for o caso, de dizerem “não” às propostas de leis e às políticas públicas de cima pra baixo e que, por isso mesmo, repetem a lógica colonial e violam direitos humanos reconhecidos na Constituição, nos tratados e convenções internacionais e na legislação infraconstitucional.⁵⁸

No mesmo sentido, a falta de regulamentação de consulta pública às comunidades quilombolas é apontada como um dos obstáculos enfrentados pelo programa Brasil Quilombola, implementado pela Secretaria Nacional de Políticas de Promoção da Igualdade Racial, de 2004, que tem como objetivo consolidar os marcos da política de Estado para áreas quilombolas, conforme nos aponta a pesquisa de mestrado da intelectual negra Allyne Andrade, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.⁵⁹ Entretanto, é necessário destacar que os mecanismos de participação social são apenas uma entre tantas ferramentas necessárias para o empoderamento da população, não sendo, portanto, um fim em si mesmo, conforme Gohn nos traz o alerta:

Cumprir destacar, entretanto, que a participação da sociedade civil não pode, nunca, se resumir à participação nos espaços dos conselhos ou outros criados na esfera pública. Até para que essa participação seja qualificada [...] ela deverá advir de estruturas participativas organizadas autonomamente na sociedade civil. O chamado trabalho de base é fundamental para alimentar e fortalecer a representação coletiva nos colegiados da esfera pública. Essa esfera pública não pode ser vista como um degrau superior, que surgiu para eliminar ou superar formas e níveis de mobilização e organização que existiram na sociedade brasileira nos anos 1970/80, pois esta é